

Liberdade, igualdade, participação

MARCO MACIEL

O espaço fértil em que pode prosperar o ideal do novo liberalismo é o mundo moderno, porque, especialmente nos países em vias de desenvolvimento, como o Brasil, ele representa a única alternativa à insólita e lamentável opção entre o capitalismo, com democracia política e ausência de justiça social, e o socialismo, com justiça social mas sem democracia política.

O fato é que, quer no mundo capitalista, quer no socialista, há deficiências e limitações na organização democrática do poder. São limitações tão rígidas e inflexíveis que, assim como não se conhece nenhum sistema capitalista que tenha transitado pacificamente para outras formas de organização, também não temos notícias de nenhum sistema socialista que, tendo surgido de forma não democrática, tenha transitado pacificamente para qualquer outra forma de organização democrática.

Para superarmos a instabilidade político-institucional, as regras

relativas à organização do sistema partidário deverão ser dotadas de estabilidade e permanência. Assim como os partidos têm o dever de definir previamente como organizar o pacto do poder, eles têm também a obrigação de, a priori, comprometer-se com essas regras mínimas de organização partidária. Afinal, são elas a base política da democracia.

Como condição para atendermos aos requisitos da estabilidade e permanência do quadro partidário, é indispensável que o texto constitucional não apenas assegure a defesa e organização do Estado, os direitos individuais e a vitalidade das instituições, mas também estabeleça normas básicas para o funcionamento dos partidos políticos, que sejam capazes de forjar, por via eleitoral, o pacto do poder. Assim, é da maior importância termos uma boa Carta Constitucional a reger os destinos do País.

O PFL é um partido habilitado a executar a missão histórica de reformar o indesejado contexto político e econômico de um país desigualmen-

te desenvolvido com uma sociedade razoavelmente estratificada. Afinal, professa, como programa, o moderno liberalismo, que se vem afirmando com vigor no mundo moderno e que, no Brasil, encontra identidade no forte traço liberal que permeia nossas tradições.

Nosso entendimento é que o desenvolvimento não pode esgotar-se em mero processo de crescimento econômico. Tem que ser auto-sustentado e adaptativo, capaz de reciclar crises periódicas. Tem que ser compatível com nosso contexto cultural e ecológico; tem que reduzir de forma permanente as disparidades regionais e pessoais de renda.

O desenvolvimento deve sujeitar-se a uma orientação política liberal, que se comprometa não somente com a proteção do indivíduo, mas também com um esforço sistemático em favor da expansão das oportunidades de vida dos cidadãos, de modo que um número cada vez maior de indivíduos desfrute irrestritamente dos direitos econômicos e sociais.

Um desenvolvimento com a conotação política que lhe confere o moderno liberalismo deve, assim, combinar os princípios da Revolução Francesa, consubstanciados na histórica legenda da "liberdade, igualdade, fraternidade" com a idéia contemporânea traduzida por "liberdade, igualdade, participação". Promove, portanto, uma associação entre o conceito de cidadania passiva com o de cidadania ativa.

São linhas programáticas nesse sentido, o direito à habitação, à educação, à saúde, ao emprego, à previdência social, além das ações visando a uma maior participação dos trabalhadores na propriedade. A isso, deveríamos acrescentar a defesa da liberdade sindical, o direito à greve, o fortalecimento da empresa privada (especialmente as pequenas e médias), a defesa da indústria nacional, o estímulo a uma agricultura capaz de atender às nossas necessidades (principalmente aquelas relacionadas com a alimentação popular), a subordinação do uso do solo urbano ao interesse coletivo e uma

reforma agrária abrangente e imediata.

De mais a mais, requer-se um controle permanente e imediato da inflação, que conspira contra qualquer perspectiva de expansão da riqueza coletiva, como aliás vem sendo preconizado pelo presidente José Sarney.

Só o desenvolvimento, que para os liberais representa crescimento com distribuição, pode viabilizar os regimes democráticos e pluralistas, em que a liberdade com igualdade torna possível a participação.

Cabe ressaltar, por fim, que o mundo da necessidade não se pode opor ao mundo da liberdade. Temos que romper as amarras do autoritarismo e do populismo, fomentando uma democracia estável e invulnerável às crises que periodicamente pretendem derruir as nossas instituições. Uma democracia que se fortaleça no equilíbrio entre os poderes, que propicie a universalização dos direitos políticos, econômicos e sociais. Uma democracia, enfim, liberal. Com alma libertária.